

modernas actuais. Em "Rational discussion", especificamente, parece querer chamar a atenção para o facto de a *discussão racional* (que vê como ideal-tipo) ocorrer em circunstâncias históricas restritas que é necessário assegurar. A sua posição encerra, pois, uma mensagem política no sentido de preservar a democracia liberal e um sistema elitista, uma vez que são as elites, segundo o autor, que transportam o ideal de *discussão racional*. Em "Bequests...", a denúncia da vaga anti-racionalista por parte deste autor que se filia numa certa tradição cultural do iluminismo (e se identifica neste ensaio como herdeiro intelectual de William Graham Sumner) torna-se mais a do cidadão comprometido e preocupado que a do sociólogo.

Finalmente, uma certa ressonância elitista marca o ensaio "What is not worth knowing", defesa da tese de que há objectivamente *lixo* intelectual e emocional, com proposta de critérios universais para avaliar o que *vale a pena* saber e sentir, nomeadamente, o critério utilitário e o critério estético.

Em jeito de balanço crítico, parece-nos que o primeiro ensaio peca, em certa medida, por uma insuficiente base documental face à amplitude das suas conclusões. Para além disso não explora convenientemente os conceitos analíticos que utiliza. Por exemplo, como se articulam a ética individual e a ética colectiva? Qual a viabilidade desta distinção para o período industrial? Será, por outro lado, aceitável ver, como faz Moore, nas declarações dos capitalistas em defesa do mercado uma ideia de *bem colectivo*, quando o próprio autor reconhece que tais declarações variavam consoante as audiências a quem eram dirigidas e os comportamentos monopolistas as desmentem? De qualquer forma, este texto de Moore representa uma tentativa relevante de estabelecer os factos e os valores que merecem ser discutidos e explicados, para utilizar a formulação de Dennis Smith (Cf. Dennis Smith, "Discovering facts and values: the historical sociology of Barrington Moore", in Theda Skocpol (org.), *Vision and Method in Historical Sociology*, 1984).

Quanto aos outros textos, julgamos revelarem uma visão, por vezes, um tanto simplista e parcial da modernidade. Como é possível compreender os modos de pensar dos actores sociais, as suas *racionalidades*, com base num esquema dicotómico racional/irracional? Será viável encarar esses modos de pensar como desvios a uma racionalidade ideal? Ou, até que ponto é universalmente válida uma visão da modernidade centrada na dissolução das obrigações tradicionais? Ou ainda, como é historicamente sustentável a concepção de que há uma espécie de contrato na base das relações entre governantes e governados? Porém, pelas questões que levantam e os caminhos de análise que sugerem, merecem sem dúvida uma leitura atenta.

O mérito maior destes ensaios residirá na relevância dos problemas colocados e na fecundidade do método utilizado na sua determinação e procura de respostas — a análise comparada de casos históricos. Barrington Moore, sempre a bracos com grandes questões, continua a desafiar-nos a examinar a relevância das perguntas que fazemos e dos problemas que conduzem a investigação académica.

THE MAKING OF AN ENTERPRISE

The Society of Jesus in Portugal, its Empire, and Beyond 1540-1750

[David Alden, *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond 1540-1750*, Stanford, Stanford University Press, 1996
(ISBN 0-8047-2271-4)]

Isabel dos Guimarães Sá

Este livro de Alden insere-se numa obra mais vasta, que o autor organiza segundo uma lógica binária: ao primeiro volume (o único até agora publicado e que aqui se recenseia) faz corresponder a época de construção da "empresa" jesuíta, que prolonga até 1750 (ano da morte de D. João V, o último monarca simpatizante da Companhia), e ao segundo a sua destruição, no período compreendido entre os anos do consulado de Pombal e 1808. Como o autor adverte no prefácio respectivo, esta obra representa vinte anos de trabalho, sem assistentes de investigação, conforme declara a p. X. O livro impressiona pela quantidade de informação que disponibiliza, extraída das mais diversas fontes impressas e manuscritas, estas últimas procedentes de numerosos arquivos localizados em cidades da Europa, da América e da Ásia. A sua enumeração chegaria para definir o carácter totalizante da obra, que se enquadra na tendência para estudar instituições à escala global que se vem afirmando entre a historiografia actual, muito embora, no que respeita ao império português, a possamos fazer remontar a Charles Boxer. O próprio título da obra nos informa de que o autor pretende abarcar a totalidade dos espaços onde os jesuítas exerceram a sua actividade sob a tutela da Assistência de Portugal — o ramo da Companhia que enquadrava a sua acção sob a autoridade do Padroado Régio —, mesmo que estes tenham ultrapassado as fronteiras do próprio império, introduzindo-se em territórios que não gozavam da protecção militar portuguesa, como nos casos da Etiópia, do Tibete, da China e do Japão.

Por tudo isto, podemos concluir que Alden pretendeu escrever uma obra exaustiva, em que o principal sobre os jesuítas de Portugal e do seu império fosse dito. Tentativa que nada tem de inédito — basta lembrarmos outras histórias monumentais como a de Francisco Rodrigues (Francisco Rodrigues, S. J., *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal*, 7 vols., Porto, 1931-50) — mas representa o primeiro grande esforço de síntese feito por um historiador exterior à instituição que trata, e portanto supostamente liberto de pressões comemorativistas ou propagandistas.

Dessa forma, temos pela primeira vez um estudo global da composição do património e das actividades económicas da Companhia nas diversas regiões onde permaneceu. Ficam também amplamente realçados os seus méritos organizacionais: a sua capacidade de alcançar posições chave junto dos centros de decisão (nomeadamente enquanto perceptores ou confessores de figuras da Casa Real portuguesa), a capacidade de recrutamento de novos membros, a sua eficácia administrativa e propangandística; a sua capacidade de adaptar os diferentes métodos de missão às circunstâncias locais e, mais importante ainda, a sua constante angariação de recursos económicos próprios que a libertassem da dependência estrita do Padroado

Régio. Outros aspectos ficam no entanto um pouco na sombra: por exemplo, este livro não é o local adequado para se procurar uma síntese sobre o papel dos jesuítas no ensino de leigos; pouco nos é dito sobre os colégios jesuítas da metrópole que não estavam exclusivamente envolvidos na missão.

Fica também sobejamente claro ao longo do livro que a força da Companhia — a sua capacidade organizativa — constituía também a sua principal fraqueza. Alden mostra bem os jesuítas avizinham-se do poder e a sua capacidade de influenciar decisões, mas foca os atritos e ressentimentos que essa forma de actuar causava entre outros grupos de interesse; o talento empresarial dos jesuítas enquanto proprietários de engenhos de açúcar no Brasil ou comerciantes de seda no Japão e o azedume que o seu suposto sucesso económico criava na concorrência. Dessa forma, estão também presentes as dificuldades que essas pequenas e grandes vitórias lhes causavam, e a sua capacidade de criar constantemente inimigos e opositores. Não admira portanto que, de entre as ordens religiosas, os jesuítas fossem os primeiros a ser abatidos por um processo de des cristianização e desamortização eclesial que, como se sabe, se tornou bem mais abrangente no século XIX.

No entanto, o livro, enquanto obra magna do seu autor, apresenta algumas peculiaridades difíceis de entender num trabalho exaustivo: não existe uma lista das fontes impressas nem uma bibliografia dos livros e artigos consultados, e é difícil portanto ter uma ideia das obras que o autor cita ou não cita; a sua nota bibliográfica (pp. 683-689) é na verdade um resumo dos principais fundos manuscritos consultados nos numerosos arquivos onde o autor trabalhou. A bibliografia em língua francesa é a grande ausente de todo o livro, o que engloba alguns títulos fundamentais, tais como as obras de León Bourdon sobre a missão jesuíta no Japão. Algumas destas lacunas serão provavelmente preenchidas no segundo volume da obra, o que não impede que o leitor lhes sinta a falta quando lê o primeiro.

Por outro lado, o livro oferece uma perspectiva demasiado centrada na acção dos jesuítas, que tende a obscurecer a presença de outras ordens religiosas nos mesmos terrenos de missão. Estas últimas, inegavelmente menos importantes do que os jesuítas em certos espaços de missão, incluíam exclusivos da Companhia, como a China ou o Japão, eram em contrapartida hegemónicas noutras áreas, como os Franciscanos em Ceilão e os dominicanos em algumas ilhas do arquipélago de Sunda. Por outro lado, estiveram bem mais presentes em territórios de hegemonia jesuíta do que Alden deixa transparecer. Apesar de as capacidades organizativas dos jesuítas serem superiores nalguns aspectos, como relativamente ao número de missionários mobilizados e a alguns métodos de missão que, se não foram exclusivos, foram mais incisivos entre eles, é um facto que as restantes ordens religiosas tendem a ser encaradas como intrusas face à Companhia de Jesus, como se as capacidades organizativas desta última lhe concedessem direitos exclusivos de missão. Estes aspectos são particularmente nitidos nos capítulos que o autor dedica aos jesuítas no Japão e muito principalmente na China, onde trabalhos recentes sobre a missão de Alden (veja-se, a título de exemplo, Pascale Girard, *Os Religiosos Ocidentais na China na Época Moderna. Ensaio de Análise Textual Comparada*, Macau, CTMCDP-Fundação Macau, Instituto Politécnico de Macau, 1999).

Ditas estas palavras, qual será o balanço da leitura deste livro? A meu ver, apenas uma constatação se impõe: a de que nenhuma das críticas que se lhe podem fazer lhe tira o seu lugar enquanto obra incontornável sobre a acção dos jesuítas em Portugal, no seu império, e além dele, para parafrasearmos o seu título.

CULTURA Y LIMPIEZA DE SANGRE EN LA ESPAÑA MODERNA Puritate Sanguinis

Juan Hernández Franco, *Cultura y Limpieza de Sangre en la España Moderna. Puritate Sanguinis* (prólogo de Jaime Contreras), Murcia, Universidad de Murcia, 1996]

Nuno Gonçalves Monteiro

O tema da adopção dos estatutos da pureza de sangue nas sociedades peninsulares constitui desde há muito um tópico central das imagens produzidas nos séculos XVI, XVII e XVIII e retomadas pela posteridade sobre o mundo ibérico, de resto, com largas repercussões nos espaços extra-europeus. Neste domínio convém sublinhar, desde logo, que a produção portuguesa recente sobre a matéria tem sido bem escassa quando comparada com a amplíssima historiografia dos últimos anos acerca dos outros reinos da península.

O livro de Juan Hernández Franco pretende, precisamente, combinar uma síntese dessa vasta produção (onde se destacam trabalhos clássicos como os de António Dominguez Ortiz e Julio Caro Baroja ou, mais recentemente, Jaime Contreras) com o estudo monográfico da adopção dos referidos estatutos pelo cabido da Catedral de Murcia. A primeira parte do estudo ocupa-se precisamente da adopção do estatuto da pureza de sangue, desde a primeira constituição que estipulava os conversos (1517), passando pelas ulteriores reformulações do estatuto, até à sua supressão final e precoce em 1756, quando em outros territórios espanhóis se prolongou pelo século de oitocentos. O caso murciano, aliás, é sistematicamente integrado no contexto geral da monarquia hispânica. A segunda parte do estudo ocupa-se com bastante detalhe das habilitações para o cabido de Murcia, ou seja, dos requisitos exigidos e das informações solicitadas acerca dos candidatos. Essas inquirições são comparadas com as solicitadas por outras instituições (Ordem de Santiago, Inquisição, etc.), procedendo-se ainda a uma abordagem estatística da idade, estatuto social e profissão das testemunhas inquiridas, para o efeito. Na terceira parte, por fim, leva-se a cabo uma análise do perfil social e cultural daqueles que foram aprovados e aceites.

O estudo de Hernández Franco tem a apreciável vantagem de nos fornecer, simultaneamente, um ponto de situação seguro acerca de uma vasta bibliografia e um estudo de caso suficientemente detalhado para servir de modelo e estimular os estudos comparativos. Mas, ao mesmo tempo, oferece-nos uma leitura clara e explícita da natureza e funções do estatuto da pureza de sangue, estreitamente associado aos valores fidalgos e elitistas: "o decidido propósito de nobres e poderosos — posteriormente das elites — de perpetuar o seu domínio ideológico, e as ansias